

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES
QUILASDEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SADRAC RAMOS CAMPOS

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE PIMENTA
BUENO E REGIÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2013.**

**Cacoal - RO
2015**

SADRAC RAMOS CAMPOS

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE PIMENTA
BUENO E REGIÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2013.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia Câmpus Prof.
Francisco Gonçalves Quiles, Departamento de Ciências
Contábeis, como parte das exigências para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Cacoal - RO
2015**

Campos, Sadrac Ramos.

C198c Contribuição do PRONAF para o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais de Pimenta Bueno e região no período de 2012 a 2013/ Sadrac Ramos Campos – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. Me. Adriano Tumelero.

1. Ciências contábeis. 2. Agricultura familiar. 3. PRONAF.
I. Tumelero, Adriano. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657

Catlogação na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

SADRAC RAMOS CAMPOS

**CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE PIMENTA BUENO E REGIÃO NO
PERÍODO DE 2012 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, Departamento de Ciências Contábeis, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

O artigo científico - TCC intitulado “Contribuição do Pronaf para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Produtores Rurais de Pimenta Bueno e região no Período de 2012 a 2013”, elaborado pelo acadêmico Sadrac Ramos Campos, foi avaliado pela banca examinadora em ____ de _____ de 2015, tendo sido _____.

Prof.Ms. Adriano Tumelero
Presidente

Profª. Ms. Liliane Maria Nery Andrade
Membro

Prof.Ms. Cleberson Eller Loose
Membro

CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE PIMENTA BUENO NO PERÍODO DE 2012/2013

Sadrac Ramos Campos¹

Resumo: O presente artigo trata-se de uma pesquisa de campo que foi conduzida com o objetivo de realizar um diagnóstico dos benefícios gerados com os investimentos dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Pimenta Bueno-RO e região. O PRONAF é um programa do governo federal, destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Foram analisados documentos, laudos, de acompanhamento e supervisão do crédito, de forma comparativa, para avaliar se houve melhora depois da obtenção do crédito. Foram analisados laudos de 49 operações e entrevistadas 41 famílias, com o intuito de comparar sua situação socioeconômica antes e depois do PRONAF. Por meio das entrevistas, semiestruturadas, buscou-se identificar se o programa contribuiu para aquisição dos bens que favorece ao acesso a informação e que promova a educação. Constatou-se que o programa contribuiu de forma positiva para melhora da infraestrutura das propriedades estudadas, verificou-se um aumento significativo no rebanho dos produtores objeto deste estudo e consequente aumento na produção e renda, notou-se também que houve contribuição para o desenvolvimento social, na percepção dos produtores, e esses estão satisfeitos com o resultado que obtiveram com o crédito.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento. PRONAF.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados em legislação em vigor (BRASIL, Lei nº 4.829 de novembro de 1965).

São os objetivos de o crédito rural favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (Lei nº 4.829/1965);

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído no âmbito do crédito rural em 1995, destina-se ao apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e da sua família (BACEN, 2008).

¹ Acadêmico concluinte do curso de ciências contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Adriano Tumelero.

Desde sua criação o PRONAF teve o intuito de criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar (MATTEI, 2005).

As diversas ações do PRONAF estão presentes em 5.300 dos 5.563 municípios brasileiros. No estado de Rondônia as contratações na agricultura familiar somam-se nos últimos anos, 2010 a 2014 um valor aproximado de R\$ 582 milhões de reais, sendo que o valor disponível para aplica-se em 2015 é de 170 milhões (BANCO DA AMAZÔNIA, 2015).

Com esse estudo pretende-se mostrar como a agricultura familiar tem respondido aos estímulos para uma inserção produtiva que gerem novas oportunidades de trabalho e promova o desenvolvimento social e também verificar o grau de satisfação dos produtores, pecuarista do município de Pimenta Bueno-RO e região, com o PRONAF e com resultados obtidos.

Tem-se por objetos de estudo produtores rurais de Pimenta Bueno, que explore a pecuária bovina e que foram beneficiados pelo PRONAF entre o período de 2012 a 2013. E que tiveram suas propostas de financiamento elaboradas pela EMATER-RO (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Rondônia), entrevistou-se 41 produtores rurais e analisou documentos de 49 operações de crédito no amparo do programa.

Sendo assim, com este trabalho responde-se a seguinte questão: Os produtores rurais de Pimenta Bueno-RO e região que utilizaram o PRONAF conseguiram melhorar sua condição econômica (aumento da renda) e social?

Desta forma avaliou-se a contribuição do PRONAF para o aumento da renda, melhora da infraestrutura das propriedades, promoção do desenvolvimento social dos pequenos pecuaristas de Pimenta Bueno e região e mediu-se o grau de satisfação com os resultados obtidos com o programa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica serão apresentados os conceitos que serviram de base para o desenvolvimento deste estudo; esta fundamentação está dividida em quatro tópicos; o primeiro tratará do desenvolvimento rural sustentável, o tópico posterior traz parâmetro para avaliar o desenvolvimento social, após trata-se da agricultura familiar na forma da legislação vigente e o último tópico define-se o PRONAF, conforme legislação e resolução forma de enquadramento no programa e condições do crédito conforme grupo de produtores.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável diz que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Em outras palavras é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (WWF, 2014).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Sendo assim é necessária uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente. Confunde-se desenvolvimento com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende (WWF, 2014).

Segundo Costabeber e Coporal (2003) nas últimas cinco décadas acreditava-se, erroneamente, que desenvolvimento era como sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado. Assis (2006) afirma que se acreditava que poderia elevar indefinidamente o nível de riqueza material.

Entretanto, a partir da crise da década de 1980 e do surgimento da questão ecológica, explicitando custos não contabilizados dos processos produtivos, aprofundou-se uma visão crítica ao crescimento econômico seria condição suficiente para o desenvolvimento econômico, percebendo-se que o crescimento econômico por si só podia ser extremamente excludente (ASSIS, 2006).

E a desconstrução dos modelos convencionais de desenvolvimento e agricultura, seguida da desmistificação do conceito genérico de desenvolvimento sustentável gerado no seio dos próprios organismos internacionais de desenvolvimento, tem por objetivo abrir caminhos para a compreensão de que os graves problemas sócio-ambientais enfrentados pelo meio rural não podem ser resolvidos apenas com o desenvolvimento tecnológico, ainda mais sendo este empreendido pela mesma ciência que provocou tais problemas (MOREIRA; CARMO, 2007)

A solução do problema nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países (ALMEIDA, 2015).

. Como alternativa tem-se um processo de desenvolvimento que tenha como base um crescimento econômico que possibilite a manutenção do conjunto de bens econômicos, ecológicos e socioculturais, sem o que o desenvolvimento econômico não é sustentável, e aliara ao crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais (Assis, 2006).

E segundo Guivant (1997) a marginalização e a erosão dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente dos países menos desenvolvidos, têm sido identificadas entre as várias consequências negativas ocasionadas pela difusão internacional das práticas e técnicas agrícolas modernas no período de pós-guerra. Tal desconsideração dos conhecimentos locais tem atravessado todas as fases do desenvolvimento rural. Assis (2006) defende que é necessário para o desenvolvimento sustentável, respeitar características étnico-culturais, harmonizar-las de forma racional.

Porém, segundo Hurtienne (2005), a integração sistemática das formas de uso da terra, os seus graus de sustentabilidade e as perspectivas para um manejo sustentável dos recursos naturais encontram-se num estágio ainda pouco explorado nos trabalhos socioeconômicos sobre a dinâmica da ocupação das terras da Amazônia.

Mas o Estado tem um fundamental papel no processo de difusão do desenvolvimento rural sustentável, percebe-se a importância do planejamento de estratégias e políticas públicas que permitam implementar uma proposta que vise à esse desenvolvimento (ASSIS, 2006). E faz-se necessário buscar uma maior compreensão da sustentabilidade através da consideração e análise de suas dimensões básicas, as quais poderão servir de guia para a identificação e o monitoramento das possibilidades do DRS no contexto de atuação da Extensão Rural do serviço público (COSTABEBER; COPORAL, 2003).

A extensão rural passa a ter como papel central, o de educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, como obstáculos para a adoção de tal pacote tecnológico (Guivant, 1997).

Assis (2006) propõe que para a implementação de formas de desenvolvimento rural sustentável deve ser construída uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura, como a agricultura familiar, fundamentais na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para verificar o desenvolvimento social é necessário parâmetros, tem-se sob essa perspectiva o Índice de Progresso Social, desenvolvido pela organização internacional *Social Progress Imperative*, oferece modelo para medir as múltiplas dimensões do Progresso Social. O modelo se concentra em três questões (dimensões) diferentes: a) um país satisfaz as necessidades mais essenciais de seu povo; b) existem elementos fundamentais para que as pessoas e as comunidades aumentem e mantenham o seu bem-estar; c) existe oportunidade para que cada pessoa alcance o seu potencial pleno (*SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE*, 2015). A Figura 01 Índice de Progresso Social, relaciona os itens formadores de cada uma das questões.



Figura 01: Índice de Progresso Social.

Fonte: *Social Progress Imperative*, 2015.

Neste mesmo sentido tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que por sua vez, é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Criado por MahbubulHaq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH contrapondo como Produto Interno Bruto (PIB) per capita que considera apenas a dimensão econômica, pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (UNESCO, 2015).

Por ser uma medida média das conquistas desenvolvimento humana básica em um país, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país (UNESCO, 2015).

Buscando forma de estabelecer metas para a promoção social e mensurá-las ao longo do tempo, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu na Cúpula do Milênio em Nova Iorque no ano de 2000, Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Trata-se de um conjunto de oito objetivos, com metas e indicadores, que devem ser cumpridos por todos os países do Sistema das Nações Unidas até 2015. A definição dos Objetivos do Milênio levou em consideração sugestões das conferências internacionais realizadas na década de 90. Líderes das 191 nações que integram o Sistema ONU assinaram um grande pacto civilizatório, a Declaração do Milênio, que propõe um esforço coletivo pela equidade e justiça social. Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são: 1) A erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento (ONU, 2014).

Nota-se que as forma de mensurar ou promover o desenvolvimento social das três instituições tem-se os seguintes parâmetros comuns: erradicação da pobreza (aumento da renda), acesso ao conhecimento (educação, informação), combate as principais doenças (saúde bem-estar).

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010).

Nesse mesmo sentido propõe o Banco da Amazônia (2014) que a agricultura familiar consiste em uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias e não agropecuárias de base familiar, desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar, e destaca ainda que a agricultura familiar apresenta um papel relevante para o desenvolvimento do País.

Sendo assim considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, e que não detenha, a qualquer título, área maior do que quatros módulos fiscais (Lei nº 11.326/2006). Sendo para o Estado de Rondônia cada módulo fiscal equivalente a 60 hectares (INCRA, 1980). Ou seja, só será considerado agricultor familiar o produtor que detenha área igual/inferior a 240 hectares.

É necessário, ainda, para ser considerado agricultor familiar utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, por último, que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei nº 11.326/2006). Para atender as exigências do PRONAF o percentual estabelecido é de 70 % da renda familiar oriundo da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (BACEN, 2008).

Também são classificados como agricultores familiares e usufruem todos os seus benefícios: silvicultores que atendam simultaneamente a os requisitos tratados até agora, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; aquicultores que atendam simultaneamente a os requisitos tratados até agora, e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede (Lei nº 11.326/2006).

Ainda os extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. E povos indígenas que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei nº 11.326/2006).

Por fim integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos mesmos requisitos exigidos aos povos indígenas (Lei nº 11.326/2006). Em resumo a delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país (ALTAFIN, 2007).

Este seguimento da sociedade, que outrora fora excluído das políticas públicas, tem sua contribuição para o bem estar da sociedade e destaca-se como contribuições importantes da agricultura familiar: preservar os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais; é responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos

brasileiros; no cenário nacional, responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária; considerando o número de estabelecimentos rurais, a agricultura familiar consegue empregar três vezes mais do que a agricultura não familiar; e apresenta importante função para garantir a segurança alimentar (BANCO DA AMAZÔNIA, 2014).

2.4PRONAF

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituído no âmbito do crédito rural pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da resolução n°. 2.191/1995 do Banco Central do Brasil (BACEN), destina-se ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (BACEN, 1996).

O programa beneficia o produtor rural que atender simultaneamente aos seguintes quesitos, comprovado mediante declaração de aptidão fornecida por agente credenciado pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA); explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; sendo que o tamanho do módulo fiscal é diferenciado para cada região, no estado de Rondônia conforme INCRA (1980) um módulo fiscal equivale a 60 hectares, quantificados na legislação em vigor; no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos (BACEN, 1995);

A resolução n° 2310/1996 do BACEN fez algumas alterações no enquadramento do produtor ao programa, que posterior a essa norma permite-se manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; e ainda o crédito pode ser concedido individual ou coletivamente, de forma solidária ou não (BACEN, 1996).

Novas alterações foram feitas no programa no ano de 2008 o texto da nova resolução traz que o programa destina além do apoio financeiro as atividades agropecuárias, também ao apoio as atividade não agropecuária, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (BACEN, 2008).

Altera-se também o enquadramento no PRONAF, exige-se que 70 % da renda familiar seja provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. A comprovação de enquadramento faz-se mediante a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) emitida por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MAD). E a renda proveniente da venda de produtos das agroindústrias e as oriundas de serviços de turismo rural obtidas por agricultores familiares serão somadas à renda da exploração agropecuária e não agropecuária obtida no estabelecimento, quando da emissão da DAP (BACEN, 2008).

2.4.1 Linhas de créditos no âmbito do Pronaf

A categorização do PRONAF decorreu da publicação de um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA10, em 1999, que sugeriu a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do programa em grupos distintos, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social (SCHNEIDER *et al*, 2004).

Desta forma o produtor familiar obterá o crédito conforme seu perfil e nas condições mais adequadas. Na página seguinte tem-se o quadro resumo como as categorias do PRONAF e a linha de crédito e condições específicas para cada grupo de produtor enquadrado no programa conforme informações do Banco Nordeste do Brasil (2013). Conforme Quadro 01 Resumo grupos e linhas de créditos do PRONAF, a seguir.

(continua)

Grupos e Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Juros	Prazo e Carência
Pronaf A	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf-Comum) e suas cooperativas e associações.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias	0,5% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
	Agricultores familiares Adimplentes	Financiamento de investimento em Projeto de estruturação complementar	1% ao ano	Prazo de até 10 anos, Incluídos até 3 anos de carência
Pronaf Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias ou não e de beneficiamento ou industrialização da produção	1,5% ao ano	Custeio pecuário: até 1 ano
Pronaf Grupo B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 10.000,00.	Investimento ou custeio de atividades não agropecuário	0,5% ao ano	Prazo de até 2 anos, incluído até 1 ano de carência

(conclusão)

Pronaf Semiárido	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf – Comum)	Financiamento de projeto de convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.	1% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3) anos de carência.
Pronaf Grupo Renda Variável (Pronaf Comum)	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 360.000,00	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário	Custeio _ Até R\$ 10 mil: 1,5% a.a._ R\$ 10 mil até R\$ 30mil: 3% a. a._ Superior a R\$ 30 mil até R\$100 mil: 3,5%. Investimento : _ Valor até R\$ 10 mil: 1% a. a. Valor superior a R\$ 10 mil e até R\$ 150 mil: 2% a.a.	Custeio : _ agrícola: até 3 anos_ pecuário: até 2anos para aquicultura e até 1ano para os demais casos. Investimento : prazo de até 10 anos incluídos até 3 anos de carência. Para estruturas de armazenagem o prazo total será de até 15anos.
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf –Comum) e suas cooperativas e associações	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.	PF e empreendimento familiar rural até R\$ 10 mil: 1% ao ano. Coop./Assoc. até R\$ 1 milhão: 1%ao ano. Valor superior a R\$ 10 mil: 2% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Para estruturas de armazenagem o prazo total será de até 15anos.
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas na Renda Variável (Pronaf–Comum)	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse da mulher agricultora	Valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano Valor superior a R\$ 10 mil: 2% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
Pronaf Jovem	Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos.	Produção, serviços agropecuários ou não, no de interesse do jovem agricultor.	1% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar (Agrinf)	Pessoas físicas agricultores familiares titulares de DAP e Cooperativas ou associações constituídas de agricultores familiares, que tenham, no mínimo, 70% de seus participantes na condição de agricultores familiares.	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros	4 % ao ano	Prazo de até 12 meses
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf – Comum)	Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos	(soma no mesmo ano-safra) Valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano Valor superior a R\$ 10 mil: 2% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf – Comum)	Sistemas agroflorestais; exploração extrativista sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas.	1% ao ano	Prazo de até 20 anos incluída carência limitada de até 12 anos, e ao público-alvo da Renda Variável.
Pronaf ECO	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Renda Variável (Pronaf – Comum)	Tecnologias de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, de práticas conservacionistas e de correção do solo, e implantação das culturas: dendê, seringueira.	(Soma no mesmo ano-safra) Valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano Valor superior a R\$ 10 mil: 2% ao ano	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, conforme o item financiado.

Quadro01: Resumo grupos e linhas de créditos do Pronaf**Fonte:** Banco do Nordeste do Brasil (2013) com adaptações.

Esta forma operacional, aplicando o crédito conforme perfil do produtor mostra-se mais eficaz, pois além de diminuir a inadimplência os juros e os prazos são conforme o porte do produtor rural, sendo que os mais vulneráveis têm acesso ao crédito com taxa de juros menores.

2.4.2 Declaração de Aptidão ao Pronaf

A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – é o instrumento que identifica os agricultores familiares ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, e uma vez identificados os agricultores familiares, possibilita o acesso às demais ações e políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores (MDA, 2010).

As instituições que são autorizadas a emissão da DAP são as seguintes, o INCRA, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, os Sindicatos; a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, o Governo Federal, a FUNAI, Fundação Cultural Palmares. E poderá ser emitida em duas modalidades pessoa física e pessoas jurídicas, neste último caso para associações e cooperativas rurais (BANCO DA AMAZÔNIA, 2015).

A Declaração de Aptidão ao Pronaf válida, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deve ser emitida, observando que: é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do PRONAF; deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários (BACEN, 2015).

A DAP Genérica identifica a unidade familiar não enquadrada nas categorias anteriores por meio da identificação do casal responsável pelo sustento da família ou do único titular no caso do beneficiário não tenha vínculo conjugal estável; DAP Jovem identifica o (a) jovem, filho (a) de agricultor familiar sendo obrigatória a existência de uma DAP principal, de vinculação, com a finalidade de garantir a relação de parentesco; por último tem-se a DAP Mulher identifica a mulher agregada ao estabelecimento familiar, sendo obrigatória a existência de uma DAP principal, de vinculação, com a finalidade de garantir a relação de dependência (FETAEP, 2013).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado por meio de um estudo de campo, assim classificado com base nos procedimentos técnicos utilizados, que se detém na observação do contexto no qual é detectado um fato social, que a princípio passa a ser examinado e encaminhado para explicações por meio dos métodos e das técnicas específicas (FACHIN, 2005).

E por meio de levantamento de campo, que se caracteriza caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (GIL, 2008).

Conforme sua natureza, este estudo, classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória, porque este método de pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Descritivas, porque as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

A pesquisa, para este estudo, deu-se em duas etapas, a primeira etapa a pesquisa ocorreu por meio de uma pesquisa documental e na segunda através de entrevista com questões semiestruturas e abertas. A primeira etapa da pesquisa verificou-se a contribuição do PRONAF para o aumento da renda e a melhora na infraestrutura das propriedades rurais das famílias estudadas, e realizou-se por de pesquisa documental, tendo como fonte registros institucionais escritos, que são os laudos de vistoria prévia e laudo de fiscalização elaborado pela EMATER-RO, sendo que o primeiro faz uma avaliação patrimonial e caracterização da renda da propriedade, já o segundo fiscaliza a correta aplicação do crédito e as melhoras incrementadas por ele. Desta forma constitui-se uma pesquisa documental comparativa dos cenários antes do acesso ao programa e posterior ao acesso deste.

Na segunda etapa do estudo entrevistou-se uma população de 41 produtores e verificou-se há contribuição do programa para o desenvolvimento social, na percepção dos produtores; e mediu-se o grau de satisfação dos produtores com o programa; a coleta de dados, desta parte, foi por meio entrevista com questões semiestruturada, que verificou se o acesso ao crédito possibilitou a aquisição de bens (computadores com acesso a internet,

televisores, telefonia, rádio) que contribui ao acesso à informação e a educação; e verificou, com este mesmo método, se há contribuição para melhora da saúde relacionada ao programa.

A população deste estudo, pecuaristas enquadrados no PRONAF que tiveram propostas de financiamentos na linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos contratadas no ano de 2012 e 2013, é de 70 produtores rurais; desta forma analisou-se para o estudo laudos de 49 operações de crédito e entrevistou-se 41 produtores para o estudo de aspecto social e satisfação dos produtores. Sendo em percentuais a amostra estudada foram respectivamente 70% e 58% da população total.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos pela pesquisa no primeiro tópico têm-se os resultados da pesquisa documental que demonstra a contribuição do PRONAF para a melhora da infraestrutura e produção da propriedade, entende-se como item de produção o rebanho bovino. No tópico seguinte avalia-se a contribuição para o desenvolvimento social com base nos parâmetros apresentados no capítulo que trata do desenvolvimento social. E por fim os resultados obtidos quanto à satisfação dos produtores com o programa.

4.1 CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF PARA MELHORA NA INFRAESTRUTURA E PRODUÇÃO DA PROPRIEDADE

Executou-se a primeira parte deste artigo por meio de uma pesquisa documental, onde se analisou laudos prévios, antes do financiamento, para caracterização e avaliação dos patrimônios dos produtores e laudos de acompanhamento, de verificação da aplicação do crédito. Desta forma por meio de uma comparação dos documentos buscou-se verificar se melhora ou não na infraestrutura, mudança na fonte de renda e aumento no item de produção. Com base na análise dos laudos foram elaborado os gráficos e considerações deste capítulo. A Figura 02 Caracterização da renda da propriedade, na sequência, refere-se às fontes de rendas existentes na propriedade.

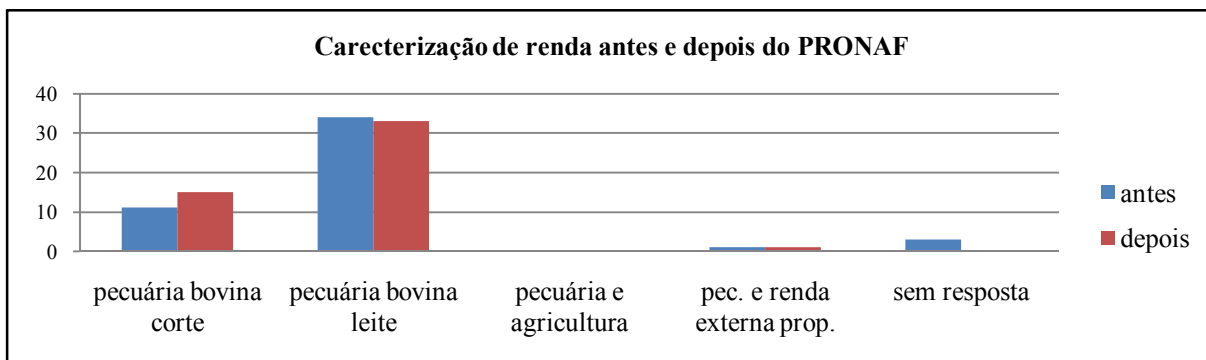


Figura 02: Caracterização da renda da propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Faz-se uma análise comparativa que da caracterização da fonte de renda dos pecuaristas que obtiveram o PRONAF no período estudado, tem-se a constatação que atividade pecuária de produção de leite era predominante, mas demonstrou uma pequena redução nos casos analisados com aumento da pecuária de corte. A seguir Figura 03 Infraestrutura da propriedade, trata-se dos itens de pesquisa energia elétrica e casa, comparando antes e após o programa.

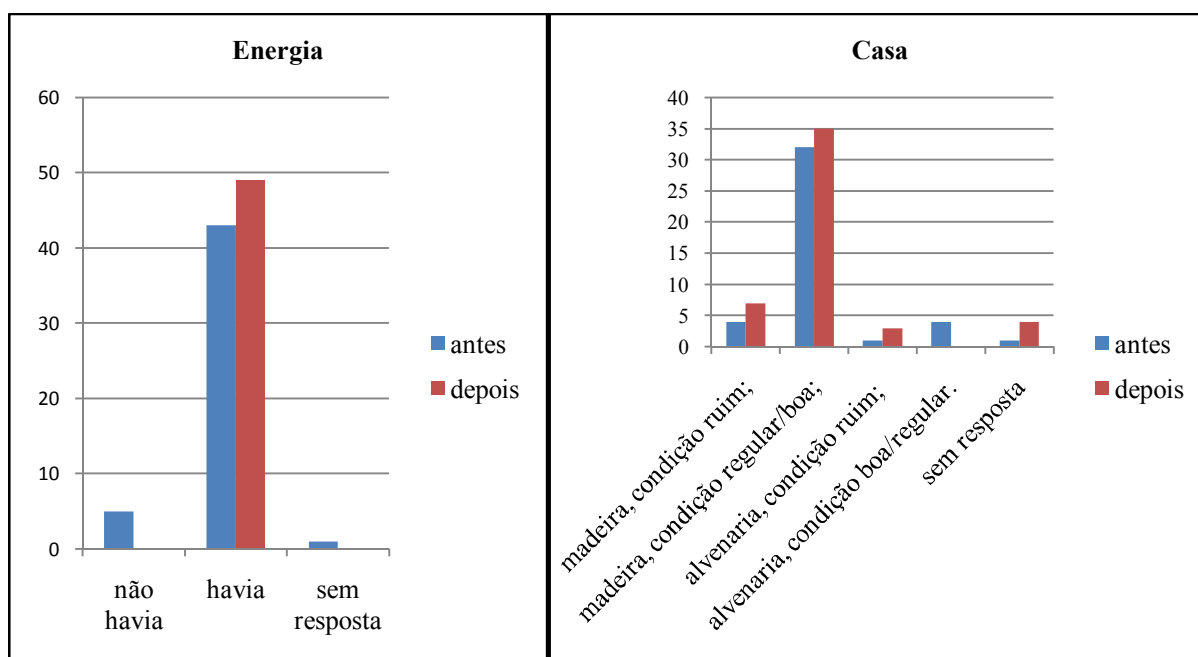


Figura 03: infraestrutura da propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Ao analisar os itens energia elétrica e casa, nota-se que no primeiro caso havia propriedades rurais que não tinham energia, e posteriores ao crédito todas as propriedades estudadas possuíam energia elétrica; já no segundo caso não é possível observar uma contribuição do PRONAF na melhora das residências, pois apesar de haver um aumento nas

casas construídas de madeiras classificadas como ruins, houve também aumento neste mesmo tipo de residência classificada como boa ou regular. Nas casas construídas em alvenaria observa-se um aumento em casos que estavam em condições ruins e não há registro, nos laudos, de casas deste material em condições boas/regular depois do crédito, observa-se que houve aumento nos números de casos que não tinha resposta para este item, impossibilitando ter uma percepção clara acerca do assunto.

O item cerca (trata-se aqui de cerca de arame liso ou farpado) e notou-se uma melhora neste item, pois de 21 aumentou para 37 o número de casos que as cercas eram classificadas como em bom estado de conservação pelos os laudos da EMATER-RO, nos casos classificados como regular houve uma redução de 22 para 6; para os classificados como ruim também houve redução. No item curral observou-se que houve um aumento nos casos de propriedades que possuía, antes do PRONAF, em 9 propriedades não havia curral e diminuiu para 4; ocorreu também uma melhora deste item, pois 14 currais eram classificados como bons e passaram para 30, os casos classificados como ruins e regulares houve redução, em cinco não possuem currais na propriedade, porém usavam currais cedido de vizinhos. A Figura 04 Infraestrutura de produção das propriedades (pasto) faz-se uma comparação da pastagem antes e depois do acesso ao crédito.

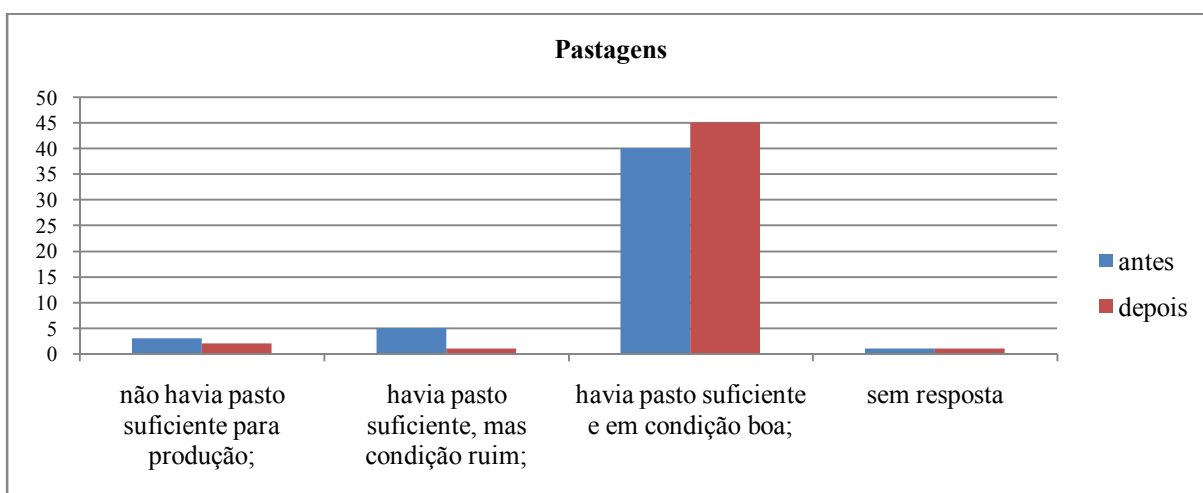


Figura 04: Infraestrutura de produção das propriedades (pasto).

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quanto a pastagens nota-se que houve uma redução nos casos em que o pasto era insuficiente para o gado, diminuiu também os casos de pasto em condições ruim e nota-se que houve aumento nas pastagens em boas condições e suficiente para o rebanho existente após o PRONAF. A seguir, na próxima página, Figura 05 Comparativa do rebanho antes e depois do PRONAF, que demonstra uma comparação do rebanho antes e após o PRONAF.

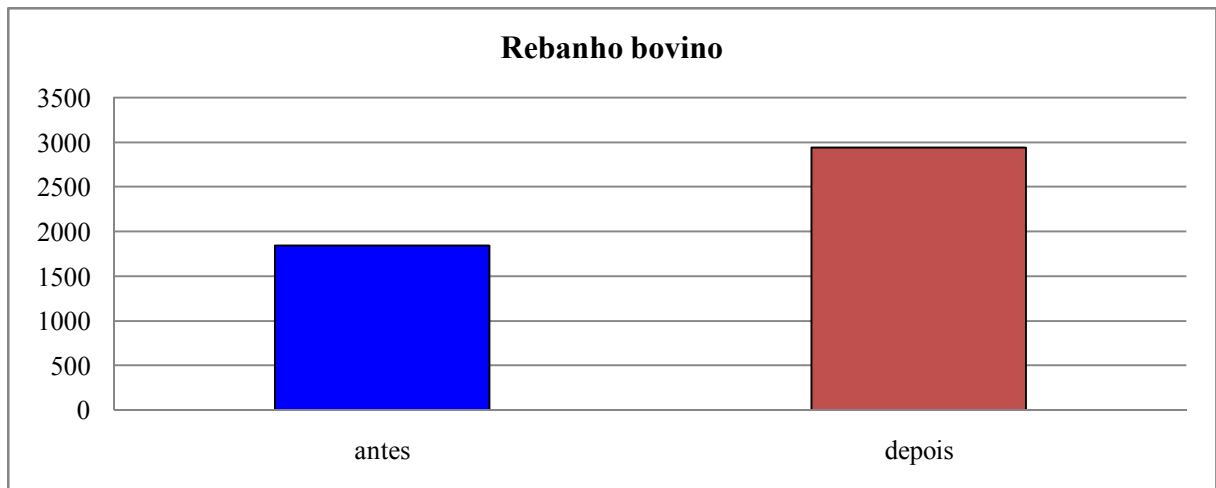


Figura 05: Comparativo do rebanho antes e depois do PRONAF.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Com base com os dados levantados nos laudos analisado, nota-se que após o crédito houve aumento no número de animais, bovinos de produção de leite e carne, em número de animais, que se obtém subtraindo o rebanho total final do rebanho total inicial ($\sum^{Rf} - \sum^{Ri}$ = aumento do rebanho total), a diferença resulta em um aumento de 1.096 cabeças de animais, em percentuais representa um aumento total de 65% do rebanho inicial, ou um aumento de 22 animais no rebanho de cada produtor estudado. Este aumento é importante visto que o número de animais impactará diretamente na produção de leite ou carne da propriedade, resultando em um aumento da renda familiar.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste tópico avalia-se o programa para desenvolvimento social sob a percepção dos produtores rurais. Desta forma por meio de uma entrevista semiestrutura aplicada aos produtores rurais, pecuarista de Pimenta Bueno e região, buscou-se avaliar se o programa contribui para aquisição de bens que promova ou aumente o acesso à informação e educação, se contribuiu para a formalização dos trabalhadores rurais (carteira de trabalho registrada), se houve aumento de postos de trabalhos temporários sem registro formal, se o PRONAF teve uma contribuição direta para o acesso a educação formal e a contribuição para a melhora da saúde familiar. Visando a atender estes objetivos foram entrevistados 41 produtores rurais.

A primeira questão do roteiro de entrevista avaliou-se houve contribuição direta ou indireta deste programa para aquisição dos seguintes bens: computadores com acesso a internet, televisão, telefone (fixo e/ou móvel), rádios e foi deixada uma alternativa marcada como “outros” para que os produtores especificassem outros itens que se entende nesta

categoria. Para esta primeira questão não houve mudanças, os produtores entrevistados não atribuíram ao PRONAF contribuição para aquisição destes bens pesquisados.

A questão seguinte trata de trabalhadores temporários, sem formalização da situação de trabalho, perguntou se havia trabalhadores antes do crédito, depois dele e a quantidade de trabalhadores; agrupando em grupos de 1 a 2 trabalhadores, 3 a 4 e acima de 4, nota-se que o programa proporcionou criação de novos postos de trabalhos temporários nas propriedades rurais beneficiadas com o crédito conforme apresentado no Quadro 02 Trabalhadores temporários.

Números de trabalhadores	Antes do PRONAF	Depois do PRONAF
De 1 a 2	8	13
De 3 a 4	2	8
Mais que 4	1	1
Não havia ou não há mão de temporária	30	19

Quadro 02: Trabalhadores temporários.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O quadro acima demonstra a alteração, e como foram distribuídos os postos de trabalho temporários, surgidos após o crédito nas propriedades pesquisadas, nota-se que diminui o número de propriedades que não usava mão-de-obra temporária e informal, de 30 para 19, ou seja, 11 propriedades passaram a empregar mão-de-obra temporária após o PRONAF, observa-se ainda que houve aumento do número de 05 produtores que responderam que emprega de 1 a 2 funcionários temporários, e um aumento maior de produtores que responderam que passaram a de 3 a 4 trabalhadores, logo pode-se notar que houve contribuição do programa para geração de emprego, embora temporários e informais.

Quanto o acesso à educação perguntou-se aos entrevistados se o PRONAF contribuiu para que seus filhos tivessem acesso a escola ou a faculdade; 12,2% responderam que não seria possível sem o programa, 48,78% responderam que contribui, mas sem o programa seria possível manter eles na escola/faculdade, 19,51% responderam que não houve contribuição do programa para este item pesquisado, e 19,51% não tem filhos na idade escolar. O último item pesquisado deste capítulo é se houve contribuição para melhora da saúde da família, 73,73% dos entrevistados responderam que não houve nenhuma melhora relacionada com crédito, 29,67% responderam que houve e atribuíram a contribuição ao aumento da renda, a melhora na propriedade, e a melhora nas condições de buscar assistência hospitalar.

4.3 SATISFAÇÃO DOS PRODUTORES COM O PROGRAMA

O roteiro de entrevista que visa a atender este tópico foi composto por quatro questões, sendo três delas com duas alternativas de resposta: sim e não, uma pergunta aberta, as respostas obtidas das três primeiras estão nos tratadas no Quadro 03 satisfação dos produtores com programa.

Questão/Alternativa	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
O crédito foi oportuno	41	100%	0	0%
Faria novamente	41	100%	0	0%
Fará novamente	39	95,13%	2	4,87%

Quadro 03: satisfação dos produtores com programa

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Nota-se que todos os produtores entrevistados classificaram o crédito como oportuno e todos fariam novamente o financiamento, e para a questão “fará novamente” a maioria respondeu que sim, apenas em dois casos responderam que não pretende fazer novo financiamento no amparo do PRONAF.

Quanto à pergunta aberta, indagou-lhes o que o PRONAF lhe proporcionou, e as respostas foram classificadas de acordo com as palavras que mais se repetiam neles, agrupando-as em grupos de palavras-chaves para fazer os tratamentos dos dados coletados. Desta forma obtiveram-se os seguintes resultados dos 17,07% dos entrevistados mencionaram melhora na vida no sítio em suas respostas, 34,15% produtores mencionaram melhora na infraestrutura da propriedade, 34,15 produtores responderam aquisição de gado e 14,63% deram resposta que não se enquadra nos grupos criados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no primeiro tópico dos resultados e análise da pesquisa nota-se que houve uma pequena mudança na fonte de renda, de pecuária de leite para pecuária de corte, constatou-se também que devido às aplicações do PRONAF houve um aumento significativo no número de animais dos produtores pesquisados, somando os 49 casos estudados o aumento resulta em um número de 1.096 de animais a mais em relação ao rebanho inicial constante nos laudos.

É visto que pecuária é atividade principal das famílias estudadas, logo sendo os animais a principal fonte da renda, verifica-se que houve contribuição positiva para aumento

de renda destes produtores. Constatou-se que houve uma pequena melhora na infraestrutura nas propriedades, visto que ocorreu melhora nas residências de madeira, aumento das pastagens e melhora em suas condições.

Para acesso à informação observa-se que o crédito não contribuiu, conforme parâmetros deste estudo, que verificou, por meio de entrevista, se houve aquisição de bens, que contribui para o acesso a informação e conhecimento, verifica-se que não houve tais aquisições ou os produtores não as atribuíram ao programa também não houve contribuição do programa para a formalização do trabalho no campo, notou-se que não havia trabalhadores com carteira de trabalho registrada antes do acesso ao crédito e também não havia quando efetuada a entrevista; porém houve contribuição para a criação de novos postos de trabalho temporário nas propriedades pesquisadas.

Nota-se também que não há percepção da maioria (73,73%) dos produtores não há relação entre o PRONAF e melhora da saúde da família, e quando tratado do fator educação 60,98% dos entrevistados atribuíram ao programa contribuição para que seus filhos tenham acesso à escola. Logo se pode verificar que na percepção dos produtores houve contribuição do PRONAF para o desenvolvimento social, com base nos critérios aqui adotados. Quanto a satisfação com o programa observou-se que os beneficiados com o crédito estão satisfeitos com resultados do fomento e não se arrependeram de tê-lo feito, ainda mais, na maioria dos casos pretende fazer nova operação.

Pode ser verificado que o PRONAF teve contribuição positiva nos casos estudados, melhorando a infraestrutura das propriedades, contribuindo para o aumento de renda e para o desenvolvimento social para os produtores rurais de Pimenta Bueno e região que tem como atividade principal a pecuária bovina, com acesso ao crédito em 2012 e 2013.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>>. Acessado em 30 de jun. 2015.

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira: no triplice aspecto político-social-econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-geral-da-agricultura-brasileira-v1/preambulo/3/texto>>. Acessado 26 de Out. de 2014.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões Sobre O Conceito De Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antonio-lazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acessado em 20 de out. de 2014.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto n. 10(1), p. 75/89, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005>. Acessado 17 de out. de 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2191**: Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: 1995. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v4_L.pdf>. Acessado 27 Set. 2014.

_____. **Resolução 2310**: Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2310_v2_1.pdf>. Acessado 28 Set. 2014.

_____. **Resolução 3559**: Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10) para financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Htms/Normativ/RESOLUCAO3559.pdf>>. Acessado 07 Out. 2014.

_____. **FAQ- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#3>. Acessado 30 jun. 2015.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/agriculturaa-familiar>>. Acessado 11 Out. 2014.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Performance institucional 2014**: números que movimentam o desenvolvimento e o crescimento da Amazônia. Rondônia. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Quadro Resumo: grupos e linhas de crédito do Pronaf**. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/pronaf/grupos_e_linhas/docs/tabela_dos_grupos_07_2013.pdf>. Acessado 11 Out. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.829 de novembro de 1965. **Institucionaliza o crédito rural**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 17 Ago. 2014.

_____. Lei nº 11.326 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 01 de Out. 2014.

COSTA, Newton de Lucena (editor). **Formação, manejo e recuperação de pastagens em Rondônia**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003. Disponível em:

<http://docente.lages.ifsc.edu.br/hellen.arantes/MaterialDidatico/FAG/TXT_AULAI_MOD_I/JoseAntonio_fundamentos.pdf>. Acessado em 29 de jun. de 2015.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 4 edição, São Paulo: Saraiva, 2005.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Cartilha de Orientação Pronaf: uma conquista dos trabalhadores rurais**. Paraná: 2013. Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/Agricola/cartilha_pronaf_2013-2014.pdf>. Acessado 07 de Out. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

GUILHOTO, Joaquim J. M. **PIB da Agricultura familiar: Brasil - Estados**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1803225>. Acessado 04 out. 2014.

GUIVANT, Julia S. **Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8979/5089>>. Acessado em 29 de jun. de 2015.

HURTIENNE, Thomas Peter. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42>>. Acesso em 29 de jun. de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução especial nº 20**: Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/pdf/11097027.pdf>>. Acessado 02 de Out. 2014.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em:

<https://archive.org/stream/Pageflip420422974145LtImpactosDoPronafAn2889335/pageflip-4204229-74145-Lt_Impactos_do_Pronaf_An-2889335_djvu.txt>. Acessado 4 out 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria Nº 17 de 23 de Março de 2010**. Brasília: 2010. Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/38b66a12dbbad0fa8f977390f7c99d2a..pdf>>. Acessado 11 de Set. de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acessado 10 de Set. de 2014.

MOREIRA, Rodrigo Machado; DO CARMO, Maristela Simões. **A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?q=A+AGROECOLOGIA+NA+CONSTRU%C3%87%C3%83O+DO+DESENVOLVIMENTO+RURAL+SUSTENT%C3%81VEL&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acessado em 29 de jun. de 2015.

ORGANIZAÇÕES DA NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acessado em 22 de mar. De 2015.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País, mas ainda sofre na comercialização**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>. Acessado 10 de Out. de 2014.

SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. **O que mede?** Medindo o progresso social. Disponível em: <<http://www.progressosocial.org.br/que-mide/>>. Acessado em 23 de março de 2015.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 5 ed. Niterói. Impetus, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acessado em: 11 Out. de 2014.

UNESCO. **O que é IDH?** Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acessado em 20 de março de 2015.

WORLD WILDLIFE FUND BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acessado 20 de out. de 2014.

APÊNDICE A

APÊNDICE A- Roteiro da entrevista que verifica a contribuição social.

Questionário 1.	
ANTES DO PRONAF	DEPOIS DO PRONAF
1) O acesso ao crédito contribuiu para o aumento de minha renda e para a aquisição dos seguintes itens: a) Computador com acesso a internet; b) Televisão; c) Telefonia (celular, fixo); d) rádios; e) Outro meio de comunicação. Qual?	a) b) c) d)
2) A propriedade emprega funcionários permanentes? a) Sim, com CTPS registrada; b) Sim, mas sem registro na CTPS; c) Não emprego funcionário apenas mão-de-obra familiar.	a) b) c)
3) A propriedade emprega funcionários temporários? a) Sim, de 1 a 2; b) Sim, de 3 a 4; c) Sim, mais que 4; d) Não.	a) b) c) d)
4) O Pronaf contribuir para manter filhos na escola/faculdade? a) sim, sem o crédito não seria possível; b) sim contribui, mas seria possível sem crédito; c) não contribuiu; d) não tenho filhos na idade escolar.	a) b) c) d)
5) O acesso ao Programa contribuiu para melhoria da saúde de sua família? a) Não ou não há relação com acesso ao crédito e melhora na saúde; b) Sim, Justifique _____	

Questionário 2.
1) O crédito foi oportuno e trouxe contribuições positivas. a) Concordo; b) Discordo;
2) Faria novamente a) Sim; b) Não;
3) Fará nova operação de crédito no amparo do PRONAF? a) Não; b) Sim.
4) O que o PRONAF proporcionou a você?

APÊNDICE B

APÊNDICE B- Roteiro para análise documental.

ECONÔMICA/INFRAESTRUTURA	
ANTES DO PRONAF	DEPOIS DO PRONAF
1) Qual a fonte de renda da propriedade? a) Pecuária de leite; b) Pecuária de corte; c) Pecuária bovina e agricultura; d) Pecuária bovina e prestação de serviços.	a) b) c) d)
2) Numero de venda de animais Bezerros ___ cab; Novilhos ___ cab; Boi gordo ___ cab; Matrizes e tourosdescartados ___ cab; Total cab.	Numero de venda de animais Bezerros ___ cab; Novilhos ___ cab; Boi gordo ___ cab; Matrizes e tourosdescartados ___ cab; Total cab.
3) Curral: a) Cedido; b) Não Havia; c) Próprio, estado: 1) Ótimo 2) Bom 3) Ruim	Curral: a) b) c) 1) Ótimo 2) Bom 3) Ruim
4) Cerca: a) Havia pouca cerca em condição ruim; b) Havia pouca cerca em condição regular/boa; c) Havia cerca suficiente, mas em condição ruim; d) Havia cerca suficiente em condição boa.	Cerca: a) b) c) d).
5) Casa Quantidade _____ () Madeira, condição ruim; () Madeira, condição regular/boa; () Alvenaria, condição ruim; () Alvenaria, condição boa/regular.	Casa Quantidade _____ () Madeira, condição ruim; () Madeira, condição regular/boa; () Alvenaria, condição ruim; () Alvenaria, condição boa/regular.
6) Luz elétrica () Não havia; () Havia.	Luz elétrica () Não há; () Há.
7) Pastagem Quantidade ___ há () Não havia pasto suficiente para produção; () Havia pasto suficiente, mas condição ruim; () Havia pasto suficiente e em condição boa;	Pastagem Quantidade ___ há () Não há pasto suficiente para produção; () Há pasto suficiente, mas condição ruim; () Há pasto suficiente e em condição boa;